

Sumário

Número de notícias: 24 | Número de veículos: 20

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Aposentados obtêm direito à isenção de IR 3

FOLHA DE PERNAMBUCO - PE - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Adesão ao Simples termina na sexta 4

A TARDE - BA - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Novo salário mínimo altera valor para quem contribui por conta própria 5

O DIA - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Justiça é alternativa para garantir perícia do INSS 6

O ESTADO - CE - NACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

Gastos: orçamento de 2021 ainda não foi aprovado 8

O LIBERAL - PA - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

PROCEDIMENTO - APOSENTADOS 9

AGÊNCIA BRASIL - DF - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Agência Brasil explica: como contribuir para o INSS por conta própria 11

PORTAL UOL - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

INSS começa a pagar aposentadoria com reajuste para quem ganha o mínimo 12

O DIA - RJ - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Avança redução de salário e jornada no setor público - SERVIDOR 13

O LIBERAL - PA - PANORAMA
SERVIDOR PÚBLICO

Governo pretende retomar reformas 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Batalha final para conter os infiéis 15

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Simone crítica interferência de Bolsonaro na eleição 17

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Economistas alertam para piora da desigualdade com a pandemia 19

O LIBERAL - PA - PANORAMA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ano será de consolidação fiscal 20

O LIBERAL - PA - PANORAMA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária é prioridade 21

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Marinho diz esperar sensibilidade para definição sobre novo auxílio emergencial..... 22

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Em carta, secretários de 18 Estados pedem que benefício volte a ser pago..... 24

HOJE EM DIA - MG - DOIS PONTOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Proteção de dados pessoais e as sanções que já estão em vigor (2)..... 25

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Cidades com melhor desempenho no emprego receberam mais auxílio..... 27

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Espaço fiscal para auxílio emergencial (2)..... 29

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Para Ibre/FGV, 1º semestre já está comprometido..... 31

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Bolsonaro quer vincular auxílio a PEC emergencial..... 33

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Governo já espera retração econômica no 1º trimestre..... 35

ZERO HORA - RS - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Só 16% dos países devem retomar PIB per capita em 2021 - MAIS ECONOMIA..... 36

Aposentados obtêm direito à isenção de IR

Adriana Aguiar De São Paulo

Aposentados com câncer de pele em estágio inicial, alzheimer e cegueira monocular têm sido obrigados a recorrer à Justiça para obter a isenção de Imposto de Renda (IRPF). O benefício normalmente é negado pela administração pública com a argumentação de que essas doenças não se enquadram expressamente nos casos previstos na lei.

A lista está no artigo 6º, inciso XIV, da Lei nº 7.713, de 1998, que trata do Imposto de Renda. Traz neoplasia maligna (câncer), alienação mental e cegueira. "O roll da lei é taxativo e não faz distinção, no caso do câncer, entre estágio inicial ou avançado. Ou mesmo se é necessário ter cegueira nos dois olhos", diz o advogado Paulo Liporaci, sócio do Paulo Liporaci Advogados, que assessora aposentados e pensonistas.

Ele tem entrado com ações especialmente para servidores inativos, que recebem valores mais altos. Contudo, a tese pode ser aplicada a trabalhadores em geral que se aposentam, segundo Liporaci. "Apesar do entendimento contrário da administração pública, a Justiça tem garantido a isenção sobre as aposentadorias", afirma.

Nas ações, acrescenta, pode-se pedir inclusive o que já foi pago de IRPF, desde o laudo médico da doença ou a data da aposentadoria, respeitado o prazo máximo de cinco anos. De acordo com ele, a jurisprudência entende que não é necessária a perícia oficial para que o pedido seja deferido. "Como o número de servidores é muito reduzido, essa perícia pode demorar muito." Recentemente, uma aposentada com carcinoma basocelular (câncer de pele) obteve o direito à isenção. A tutela de urgência foi concedida pelo juiz Rafael Paulo Soares Pinto, da 25ª Vara Federal do Juizado Especial Cível do Distrito Federal (processo nº 1062567-69.2020.4.01.3400).

Esse mesmo pedido foi concedido recentemente para outro aposentado também com câncer de pele. A decisão é do juiz Mareio Barbosa Maia, da 26ª Vara Federal do Juizado Especial Cível do Distrito Federal (processo nº 1068110-53.2020.4.01.3400).

Um outro caso foi analisado pela 15ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo. Na decisão, a juíza Gilsa Elena Rios destaca que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem se firmado no sentido de que para fins de isenção de Imposto de Renda, em se

tratando de neoplasia maligna, não se faz necessário demonstrar a contemporaneidade dos sintomas ou a validade do laudo pericial (processo nº 1062986-13.2020.8.26.0053).

Decisão da 7ª Turma do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, com sede em Brasília, também confirma o direito a um aposentado com alzheimer, por entender que a doença está abarcada como alienação mental na Lei nº 7.713/88 (processo nº 0005331-55.2015.4.01.34 00). O mesmo raciocínio já foi aplicado pela 2ª Turma do STJ para cegueira monocular (REsp 1755133).

Segundo a advogada Aline Braghini, do CM Advogados, não se pode negar a isenção do Imposto de Renda em caso de moléstia grave em estágio inicial. "É ilegal impor restrições não previstas em lei para negar a isenção, que é um direito do contribuinte", diz. Ela acrescenta que o artigo 111, inciso II, do Código Tributário Nacional (CTN) determina que a legislação que outorga isenção tributária deve ser interpretada literalmente, "de modo que qualquer interpretação diversa é ilegal".

A advogada ainda menciona a Solução de Consulta nº 220, de 2017, editada pela Coordenação-Geral de Tributação (Cosit) da **Receita Federal**, que vedou a necessidade de demonstração da contemporaneidade dos sintomas e a indicação de validade do laudo pericial ou a comprovação da recidiva da enfermidade. "É reprovável a conduta de vedar a isenção do IRem estágio inicial da doença até mesmo sob a ótica do princípio da dignidade da pessoa humana, consagrado pela Constituição", diz.

Procurada pelo Valor, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) não deu retorno até o fechamento da edição.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186645

Adesão ao Simples termina na sexta

Os proprietários de micro e pequenas empresas que queiram aderir ao Simples Nacional têm até a próxima sexta-feira (29) para solicitar a inscrição no regime tributário. Este é o único momento no ano em que o empreendedor pode requisitar a adesão, que está sendo realizada de forma totalmente digital. A solicitação pode ser feita tanto empresas em funcionamento, quanto para aquelas que irão iniciar suas atividades.

O Simples Nacional foi criado para simplificar a burocracia na arrecadação de **impostos** das empresas.

Ao optar por esse regime tributário, o empreendedor paga oito **tributos** (ICMS, IPI, IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, ISS E **INSS** patronal) de uma só vez, facilitando as finanças do negócio.

Apesar dos benefícios, nem toda empresa pode aderir ao Simples Nacional. Entre os requisitos, estão: ser Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP); possuir limite de receita bruta anual (que atualmente é de 4,8 milhões de reais para ME e EPP) e estar sem dívida com a união. As demais exigências estão dispostas na Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (LC 123/2006).

Para solicitar a adesão, o empreendedor deve entrar na página do Simples Nacional localizada no site da **Receita Federal** (<http://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/>) e seguir as orientações que estão ali disponíveis.

O Sebrae, parceiro das micro e pequenas empresas nacionais, esclarece que "o sistema automaticamente verifica a existência de pendências cadastrais e/ou fiscais, inclusive de débitos na **Receita Federal** da União e nos respectivos estados, municípios e Distrito Federal. Caso seja identificada alguma pendência, a solicitação ficará em análise".

Devido à pandemia do novo coronavírus, as empresas já cadastradas no Simples Nacional que estão inadimplentes com a união não serão excluídas do programa em 2021. Desta forma, as ME e EPP não precisam fazer nova opção neste ano. "A pandemia reduziu drasticamente o faturamento das empresas, sobretudo dos pequenos empresários. Assim, a não exclusão dos inadimplentes é um aceno do Fisco no sentido de estimular a recuperação e/ou reestruturação desses negócios que tiveram prejuízos decorrentes da paralisação de suas atividades",

analisou o advogado e sócio do escritório Azevedo Lima Advogados, Victor Balio.

A permissão para continuar no regime tributário, porém, não significa que o débito foi perdoado. "É importante, contudo, se programar financeiramente para regularizar a situação o mais rápido possível, tendo em vista que a não exclusão não significa que a dívida será perdoada.

Neste sentido, é importante ressaltar que o regime admite o parcelamento da dívida em aberto", finalizou Victor Balio.

Site: <https://www.folhape.com.br/educacao-imprensa/1701/25-01-2021/>

Novo salário mínimo altera valor para quem contribui por conta própria

FÁBIO BITTENCOURT

O novo salário mínimo (R\$ 1.100), em vigor desde 1º de janeiro, alterou o valor da contribuição para quem paga a **previdência social** por conta própria, a exemplo de trabalhadores autônomos e donas de casa. A partir de agora (fevereiro), os novos recolhimentos (mínimos) variam de R\$ 55 a R\$ 220. De acordo com o integrante do Conselho Regional de Contabilidade da Bahia (CRC), Gilmar Mendes, a regra geral, para quem não trabalha com carteira assinada, é o plano normal de contribuição, cujo recolhimento mínimo é de 20% sobre o salário mínimo, que resulta em R\$ 220 mensais e concede o direito a todos os benefícios previdenciários.

Caso o trabalhador queira ter benefícios maiores, ressalta Mendes, é preciso desembolsar um valor maior, podendo atingir até R\$ 1.286,71 por mês, representando 20% de R\$ 6.433,57 (o teto previdenciário). Já o plano simplificado de **previdência social**, criado em 2006, é destinado a quem exerce atividade remunerada, mas não presta serviço a empresa ou similares, explica ele. A alíquota é de 11% exclusivamente sobre o salário mínimo, que acarreta em um pagamento mensal de R\$ 121.

"Enquanto o facultativo é aquele que não exerce atividade econômica remunerada, como estudantes e desempregados, mas deseja contribuir com o sistema previdenciário. Este pode aderir ao plano normal ou simplificado", conta. Ainda segundo Mendes, caso a contribuição seja sobre um salário mínimo, em qualquer uma das três formas, o pagamento pode ser mensal ou acumulado trimestralmente. Ele destaca ainda que cada tipo de plano e periodicidade de pagamento tem um código diferente para recolhimento.

"Já para a dona de casa (mulher ou homem) que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico, na sua própria residência, e não possua nenhum outro tipo de renda própria, e esteja inscrito no CadÚnico, a contribuição mensal é de 5% do salário mínimo, ou seja, R\$ 55, sendo que o pagamento deve ser feito mensalmente", afirma ele. Para quem é Microempreendedor Individual (MEI), a contribuição mensal para o **INSS** é de 5% do salário mínimo, tendo passando de R\$ 52,25 para R\$ 55.

Questionado sobre a importância em contribuir com o **INSS**, o especialista em rotinas trabalhistas e previdenciárias explica que a previdência pública é um "seguro social que garante uma renda mínima a quem ficar impedido de trabalhar, seja por incapacidade temporária ou permanente, a idade avançada, etc".

"Ou seja, quando mais precisar, ela terá um valor para garantir a sua subsistência e de sua família. No Brasil, mais de 30 milhões de pessoas recebem algum tipo de benefício previdenciário, e na maioria dos municípios, o valor dos benefícios previdenciários supera o Fundo de Participação dos Municípios", fala ele.

Como recolher

Mendes explica ainda que, quem quiser contribuir por conta própria, pode utilizar guia impressa em carnê, com preenchimento manual (cuidado ao preencher, destaca o especialista), ou através do site do **INSS** (www.gov.br/inss), na opção "emitir guia de **Previdência Social**". Ainda há a opção de débito automático por meio de conta em banco.

"Através da plataforma Meu **INSS** (site ou aplicativo) é possível solicitar mais de 90 serviços oferecidos pela **previdência social**, tais como aposentadorias, salário maternidade, pensão por morte, extrato de contribuições, agendamento de perícia, carta de concessão, dentre outros, sem a necessidade de ter de ir até uma agência física", diz Mendes.

Site:

http://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_82804A3D2338ABD6DCABBD15F8F441B37744B3708FE04A40A45C811CE7C79182C2685AC30504C0824700650A885DD357053F2590A16E4EE45D10C5FFEFB0BAA21A45564BBE15F4A68AF20376E1979F4480CEB70FA3A259172B6ABB9B61F0A954FE4F363287AAB953FB9D7FC8365E353478EB38DAC5E3EC899527B0

Justiça é alternativa para garantir perícia do INSS

MARINA CARDOSO *marina.cardoso@odia.com.br*

Segurados do **INSS** que tentam receber o auxílio-doença mas não conseguem agendar perícia médica, procedimento necessário para obter o benefício, podem tentar pela Justiça marcar exame. A Secretaria de Previdência e Trabalho, do Ministério da Economia, indica que, em média, leva-se 45 dias para ter o atendimento.

Entretanto, não é o que afirmam advogados e o que os trabalhadores enfrentam para fazer o agendamento.

O Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP) estima que a espera chega a ultrapassar sete meses.

Segundo Diego Cherulli, vice-presidente do IBDP, a demora não deveria ser superior a 45 dias. Entretanto, um acordo entre o **INSS**, a Defensoria Pública da União (DPU) e o Ministério Público da União (MPU) prorrogou esse prazo para 90 dias.

"Esse acordo ainda não possui validade, pois o **INSS** tem seis meses para implementar as medidas necessárias para seu cumprimento, o que ainda não ocorreu", explica.

Com o período difícil que o país atravessa em razão da pandemia, os especialistas orientam esperar os 90 dias. Mas, caso supere esse tempo, os segurados devem fazer, primeiramente, uma reclamação na ouvidoria do **INSS**, pela central 135.

Caso o problema se arraste ainda depois de feita a queixa, a outra saída é procurar a Justiça. Dessa forma, há dois caminhos para os segurados requererem o benefício.

O primeiro é o mandado de segurança, que nesse caso é para o juiz obrigar o **INSS** a acatar o pedido da pessoa, ou seja, fazer a perícia.

O outro caminho é, como passou o prazo legal, entrar direto com uma ação judicial para concessão do benefício.

O juiz vai determinar que um perito da própria Justiça faça o exame.

"A sugestão é procurar um advogado especialista em

Direito Previdenciário ou a DPU para analisar o caso e, assim, a possibilidade de ajuizamento da ação para adiantar o processo de recebimento do auxílio-doença. O segurado será submetido à perícia médica com perito da Justiça, não do **INSS**. Após a perícia, o juiz analisa o caso, considerando todas as provas e argumentos", explica Cherulli.

Caso o segurado tenha uma resposta positiva, o juiz ordenará ao **INSS** a concessão do benefício. Há também ações de pessoas que tiveram o benefício negado e, ainda, ações revisionais do valor do benefício, estes sendo pagos pela própria Justiça com orçamento do Fundo do Regime Geral de Previdência.

Caso o segurado tenha resposta positiva, o juiz ordenará concessão do benefício

É preciso documentos para comprovar incapacidade

O advogado previdenciário João Badari, sócio do escritório Aith, Badari e Luchin Advogados, ressalta que o segurado deve reunir o maior número de documentos, como exames, laudos médicos, receitas de remédios, que comprovem a doença ao recorrer à Justiça. "Não basta demonstrar a doença, mas sim a incapacidade através de documentos. E no dia do atendimento o segurado deve informar ao perito qual é a incapacidade que a doença provoca e o que impede sua atividade no trabalho", explica.

Procurado pelo O DIA, o **INSS** informou que há 222 mil auxílios por incapacidade temporária pendentes de análise, desse total, 31.404 estão em exigência e dependem de documentação complementar do segurado para que o **INSS** possa completar a análise.

"O tempo médio de concessão dos benefícios é de 66 dias. O prazo máximo previsto em lei é de 45 dias, contudo, conforme acordo entre o **INSS**, MPF e DPU, com homologação por parte do STF, novos prazos foram estabelecidos para a concessão, e entrarão em vigor seis meses após a homologação", informou o **INSS**.

Neste caso, esses são as seguintes prazos médios apontados pela autarquia: salário -maternidade é de 30 dias, aposentadoria por invalidez comum e acidentária e auxílio-doença comum e por acidente do trabalho são de 45, pensão por morte, auxílio-reclusão

e auxílio-acidente são de 60, benefício assistencial à pessoa com deficiência, benefício assistencial ao idoso e aposentadorias, salvo por invalidez, são de 90 dias.

Ainda segundo o **INSS**, pelo acordo firmado, os prazos para o cumprimento de decisões judiciais serão os seguintes (considerados a partir da intimação do **INSS**): benefícios por incapacidade e benefícios assistenciais são de 25 dias.

Por fim, com relação aos agendamentos de perícia médica, a Subsecretaria da Perícia Médica Federal divulgou que há 583.249 atendimentos agendados para os próximos dias.

Vale lembrar que para fazer o agendamento presencial é necessário ligar para a Central 135 ou fazer pelo aplicativo Meu **INSS**, onde será possível escolher data, hora e local da perícia. A lista de agências está disponível no site do órgão, no link <https://covid.inss.gov.br/>.

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/imprensa/8506/25-01-2021.html>

Gastos: orçamento de 2021 ainda não foi aprovado

. (Agência Brasil)

O ano de 2021 começa sem a aprovação da Lei de Orçamentária Anual (LOA), ferramenta que indica a estimativa da receita e a fixação de quanto pode ser gasto, apresentando a política econômica e financeira e o programa de trabalho do governo. Até que ela seja aprovada, o governo precisa fazer um controle de gastos.

A aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) no Congresso, em meados de dezembro, traz em seu texto uma previsão dos passos que o governo pode dar antes da aprovação final do orçamento. A LDO define as metas e prioridades do governo para o ano seguinte e orienta a elaboração da LOA, ainda pendente no Congresso.

O texto da LDO estipula que o governo federal só poderá gastar, até a aprovação do orçamento de 2021, o referente a 1/12 avos do orçamento previsto. Na prática, impede o repasse de verbas para investimento em infraestrutura, dentre outras áreas. Dentro desse valor não estão incluídas despesas obrigatórias como pagamentos de servidores, pagamentos de benefícios, como seguro-desemprego e Benefício de Prestação Continuada (BPC), gastos com a **Previdência Social**, dentre uma série de outras despesas.

Mas, segundo Felipe Salto, diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, a grande dúvida que a ausência da LOA deixa está no pagamento do auxílio emergencial. Criado no ano passado para ajudar a população que havia perdido fonte de renda durante a pandemia, o auxílio de R\$ 600 mensais ficou em 2020, sem garantias de que voltará em 2021.

"O principal desafio é saber como ficará a questão do teto de gastos e qual será o peso dos gastos não previstos. A questão do auxílio emergencial ainda está indefinida e o nível de despesas discricionárias, aquelas que têm maior maleabilidade do ponto de vista de cortes, será um dos mais baixos da série histórica", explica Salto. Para ele, a questão do auxílio é a mais preocupante.

O combate à pandemia e a compra de vacinas, no entanto, não ficam ameaçadas. O governo ainda tem em caixa recursos de 2020, a título de restos a pagar e

reaberturas de créditos extraordinários para o combate ao covid-19. Esses recursos são de R\$ 36,1 bilhões.

Discussão O Congresso não começou a discutir o orçamento de 2021. Isso ocorreu graças a um impasse na formação da Comissão Mista do Orçamento (CMO). A instalação da CMO estava prevista para outubro do ano passado, mas ainda não houve acordo sobre a distribuição de vagas entre os deputados. A CMO deverá contar com 31 deputados e 11 senadores.

Agora, depende do presidente do Congresso, que também preside o Senado, determinar a instalação da comissão. Os parlamentares estão de recesso, marcado para encerrar dia 1º de fevereiro, justamente com a eleição dos novos presidentes da Câmara e do Senado. Faz parte do caminho para aprovação da LOA na comissão, além da escolha dos seus membros, a eleição da Mesa, a apresentação de emendas e o parecer do relator, seguido de sua discussão e votação.

Salto acredita que o orçamento de 2021 será aprovado um pouco depois, em abril. "É provável que o orçamento seja aprovado até abril, seguindo-se o rito tradicional. O presidente do Congresso autorizou processo mais célere que alcança apenas a LDO. A não ser que isso seja alterado, a perspectiva é ter a apreciação da LOA até abril". (Agência Brasil)

Site: <https://www.oestadoce.com.br/opiniao/mercado-editorial/>

PROCEDIMENTO - APOSENTADOS

EMÍDIO REBELO FILHO

Nestes tempos de pandemia, quando todos esperamos a solução de um gravíssimo problema que nos livrará de uma doença fatal, indivíduos sem o mínimo escrúpulo, desrespeitando a ordem da disciplina e a moral e, aproveitando-se do momento, procedem de forma indigna usurpando o direito de pessoas que estão na linha de frente ao combate do infame coronavírus. Passar na frente dessas pessoas que merecem a prioridade da vacinação, por estarem se submetendo ao iminente perigo da contaminação é, simplesmente, desprezar o seu semelhante, demonstrando, inclusive, uma irresponsabilidade sem limites. Não há, exatamente, como classificar procedimento tão desprezível.

COERÊNCIA

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), ao que sabemos é uma instituição governamental com a finalidade de atender, com eficiência e presteza os seus segurados. Para que isso ocorra, os segurados contribuem financeiramente enquanto permanecem no mercado de trabalho. As contribuições que são descontadas de salário mensal e repassadas ao Instituto têm um único objetivo: garantir os benefícios estabelecidos na legislação. Aposentados e pensionistas, segurados, consideram uma aberração e um despropósito a pretensão do Presidente do **INSS**, exposta na Portaria nº1267, de 12 de janeiro de 2021. A insensatez não pode nem deve prevalecer sobre a coerência.

REFORMA

A reforma da **Previdência Social** foi aprovada e até agora aposentados e pensionistas não sentiram os resultados a eles favoráveis. Ao contrário, percebem que as irregularidades praticadas com os recursos financeiros disponibilizados ao Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), continuam sem que providências enérgicas tenham sido adotadas, principalmente, na questão das fraudes e sonegações. Repetimos: o Sistema Previdenciário Brasileiro irá completar um século de existência e esses dois pontos que citamos, fraudes e sonegações, permanecem sem uma solução corretiva. Os responsáveis pela gestão do **INSS** tem por obrigação e dever agir com seriedade e máximo rigor para impedir ações dessa natureza.

VACINA

A vacina é a garantia que teremos para nos livrar do perigo de morte que é o coronavírus. Não existe, no momento, outra forma, que possa garantir a nossa vida. O vírus é um mal presente e não tem hora ou escolha a quem atacar. Por isso, até a chegada da vacinação, abrangendo toda a nossa população, devemos seguir as orientações e recomendações da ciência, ou seja, usar máscara, manter o distanciamento social, a permanente higienização e não participar de aglomerações. O exemplo para nos mantermos seguindo as recomendações sanitária, é o aumento de óbitos em nosso País, após as festas de Natal e Ano Novo. Vamos repetir: não vacile, vacine-se!

SAÚDE

Este dispositivo constitucional não pode estar ausente nas ações das nossas autoridades constituídas, principalmente das que tem atuação na área da saúde: "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação". A expectativa dos aposentados, pensionistas e pessoas idosas, firma-se no sentido de que haverá um esforço maior e consistente do Ministério da Saúde para que ações determinadas ocorram na aquisição de vacinas, em curto prazo, com o fim de atendê-los na vacinação contra a covid-19.

RECURSOS

Os recursos financeiros arrecadados neste exercício para cobrir as despesas com a **Seguridade Social**, espera-se, sejam aplicados, exclusivamente, em saúde, assistência social e **previdência social**, conforme consagrado na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. É necessário e premente que o Congresso Nacional, composto de Senadores e Deputados Federais, corrijam o procedimento até então adotado, de autorizar a transferência de recursos ao Poder Executivo para aplicação em outros programas de governo. Insistimos em apelar aos nossos representantes na modificação desse procedimento que, entendemos, impede que as três áreas atendam, com eficiência, as suas atribuições.

ENVELHECIMENTO

"Uma criatura só envelhece quando nela os lamentos substituem os sonhos" (M. Barry More).

Site:

**[http://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?
serviceCode=login#page/32](http://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login#page/32)**

Agência Brasil explica: como contribuir para o INSS por conta própria

Os segurados que recolhem para a **Previdência Social** por conta própria precisam prestar atenção. Com o novo salário mínimo de R\$ 1,1 mil em vigor a partir do pagamento do próximo mês, os valores das contribuições foram reajustados. Agora, segurado terá de pagar R\$ 55, R\$ 121 ou R\$ 220 por mês, dependendo do perfil de contribuição.

Os contribuintes individuais ou facultativos abrangem trabalhadores autônomos, microempreendedores individuais, donas de casa que querem receber aposentadoria no futuro. Os valores são aplicados conforme as alíquotas de contribuição: 5%, 11% ou 20% sobre o salário de contribuição. Quem contribui pelo salário mínimo, a maioria dos segurados individuais, paga o percentual sobre R\$ 1,1 mil.

Com a possibilidade de o presidente Jair Bolsonaro reajustar o salário mínimo para R\$ 1.102, o segurado recolherá um pouco mais a partir de fevereiro. O reajuste ocorre porque o mínimo de 2021 foi reajustado em 5,26%, contra **inflação** oficial pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de 5,45%. Como a Constituição determina a reposição do poder de compra, o salário mínimo precisará seguir o INPC.

O contribuinte pode recolher sobre R\$ 1.102 a partir de janeiro, se quiser. A partir de fevereiro, após a assinatura do decreto, a contribuição sobre esse valor será obrigatória. Isso porque a contribuição mínima considerada para a contagem de tempo e de valor para a aposentadoria equivale às aplicadas sobre o salário mínimo.

Os pagamentos da competência de janeiro podem ser feitos até 15 de fevereiro, para quem optou pelo recolhimento mensal ao Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). No caso dos microempreendedores individuais, o vencimento ocorre no dia 20 do mês seguinte, sendo transferido para o dia 21 ou 22, caso o dia 20 não caia em dia útil.

Para quem escolheu contribuir trimestralmente, o valor a ser recolhido só deve ser pago entre o dia 1º e o dia 15 do trimestre seguinte. Dessa forma, as contribuições do primeiro trimestre devem ser pagas apenas entre 1º e 15 de abril. O valor recolhido corresponde à contribuição mensal multiplicada por 3.

A alíquota de 5% sobre o salário mínimo é cobrada para segurados de baixa renda, sem atividade remunerada, sem fonte de renda e de família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). Essa modalidade permite apenas a aposentadoria por idade mínima, sem direito à aposentadoria por tempo de contribuição nem à inclusão do tempo na contagem para outros regimes de **Previdência Social**.

A alíquota de 11% é aplicada a segurados sem relação de emprego, que não presta serviço e não exerce atividade remunerada. Esse plano não permite a contagem do tempo para outros regimes de previdência, mas permite aposentadorias acima do salário mínimo e por tempo de contribuição por meio de uma complementação do recolhimento mensal. Dessa forma, quem pagar mais que os 11% mínimos poderá conquistar esses direitos.

A alíquota de 20% permite a aposentadoria por tempo de contribuição ou aposentadoria por idade com benefício maior que o salário mínimo. Essa modalidade é a mais recomendada a trabalhadores autônomos que exercem atividade remunerada.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-01/agencia-brasil-explica-como-contribuir-para-o-inss-por-conta-propria>

INSS começa a pagar aposentadoria com reajuste para quem ganha o mínimo

Do UOL, em São Paulo

Os aposentados e pensionistas do **INSS** com benefício do valor de um salário mínimo começam a receber a partir desta segunda-feira (25) com reajuste. O pagamento tem início hoje e vai até 5 de fevereiro.

A data varia de acordo com o valor e com o número final do benefício, excluindo-se o dígito (veja abaixo o calendário com as datas). Por exemplo, se o número é 123.456.789 - 0, desconsidere o 0 (dígito). O número final é 9.

Recebem o reajuste a partir de hoje os segurados que ganham até um salário mínimo, que passou de R\$ 1.045 para R\$ 1.100. O aumento, para esses aposentados e pensionistas, será de 5,26%.

Quem ganha acima do salário mínimo receberá a partir de 1º de fevereiro. Para esses segurados, o aumento será de 5,45% , seguindo o INPC acumulado em 2020.

Veja as datas de pagamento de 2021, de acordo com o último número do benefício, excluindo-se o dígito.

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/01/25/reajuste-aposentadoria-datas-salario-minimo.htm>

Avança redução de salário e jornada no setor público - SERVIDOR

Paloma Savedra

A votação da Proposta de Emenda Constitucional Emergencial (PEC 186/19) pelo Congresso Nacional pode acontecer no primeiro semestre.

Uma das razões para isso é que o governo Bolsonaro tem condicionado a prorrogação do auxílio emergencial à aprovação da matéria. O texto prevê mecanismos de controle de despesas públicas, como a redução temporária em 25% do salário e jornada de servidores.

A equipe econômica da União também já trabalha na defesa do avanço da PEC, e o candidato à presidência da Câmara Federal, Arthur Lira (PP-AL) - nome do presidente Jair Bolsonaro -, já demonstrou esse apoio. Seu adversário, Baleia Rossi (MDB-SP), candidato do atual chefe da Casa legislativa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), não tem dado muitas declarações sobre o projeto. Mas sabe-se que Maia trata o assunto como prioridade.

A PEC Emergencial prevê 'gatilhos' para serem acionados em períodos de grave crise fiscal. Por exemplo, se a União descumprir a regra de ouro, poderá lançar mão das medidas: além do corte de jornada e remuneração, o texto abre possibilidade para congelamento de concursos e de contratações.

Para os estados e municípios, a proposta garante esses mecanismos de ajuste quando a despesa corrente ultrapassar 95% da receita corrente do ente.

O texto está no Senado, e o relator, senador Márcio Bittar (MDB-AC), quer apresentar o seu relatório em fevereiro.

Os gatilhos previstos no projeto, porém, são criticados pelas categorias do funcionalismo público, que alegam prejuízos à prestação de serviços à população. Além disso, afirmam que a medida acaba penalizando os servidores e a sociedade, enquanto outras iniciativas poderiam ser adotadas.

Ao longo dessa semana, inclusive, o conjunto do funcionalismo faz uma mobilização nacional contra a PEC Emergencial e também contra a PEC 32/20, da reforma administrativa, que reformula as regras do setor, e extingue a estabilidade para novos

funcionários públicos, além de benefícios (como adicionais por tempo de serviço).

Serão diversas atividades e, na próxima segunda-feira, dia 1º de fevereiro, haverá o Dia Nacional de Lutas, com carreatas nos estados e ato em Brasília, na Câmara. Os manifestantes farão uma vigília em frente ao Anexo 2 da Casa para acompanhar a eleição à presidência.

CONFIRA

186/19

25%

PEC 186 foi apresentada em 2019 por senadores, seguindo modelo da equipe do Ministério da Economia. Segundo o texto, haverá 25% de redução no salário e na jornada se a despesa do estado ultrapassar 95% da receita.

Funcionalismo faz mobilização ao longo da semana e um ato na Câmara em 1º de fevereiro

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/imprensa/8506/25-01-2021.html>

Governo pretende retomar reformas

Com o fim do recesso e as eleições de novos presidentes para a Câmara e o Senado, no início de fevereiro, a área econômica do governo Jair Bolsonaro pretende retomar a discussão de reformas estruturais. Boa parte das medidas tenta frear o gasto público, mas o debate de um novo programa social também deve se manter no radar em 2021. A informação é do portal G1.

A agenda do governo é encabeçada pelas propostas de emenda à Constituição (PECs) da emergência fiscal e do pacto federativo, além das reformas administrativa e tributária. O novo programa social, para sair do papel, precisa do "espaço orçamentário" que essas medidas pretendem abrir.

Se levadas adiante, as reformas representarão mudanças profundas tanto na forma de arrecadar recursos, quanto nas despesas de União, estados e municípios. Dentro desse pacote de medidas, há discussões como: o retorno da CPMF, antigo "imposto do cheque" e com potencial impacto sobre transações digitais; a redução de jornada e salário dos **servidores públicos**, que hoje não é prevista pela legislação; novas regras para gastos mínimos em saúde e educação; redução de benefícios para **servidores públicos**, e revisão de programas sociais que já existem.

Na equipe econômica, a prioridade é evitar o aumento de gastos e conter o avanço da dívida pública, enquanto os estados e municípios querem abocanhar uma parcela da arrecadação federal para manter benefícios fiscais a empresas. A sociedade civil, enquanto isso, luta para evitar uma deterioração ainda maior dos serviços públicos.

Site:

[http://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?
serviceCode=login#page/32](http://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login#page/32)

Batalha final para conter os infiéis

Wesley Oliveira

Já na reta final da corrida pela Presidência do Senado, os dois principais candidatos, Rodrigo Pacheco (DEM-MG) e Simone Tebet (MDB-MS), vão focar suas agendas - até 1º de fevereiro, data da eleição - em reuniões com bancadas partidárias, no intuito de evitar dissidências em seus grupos. O pleito para a Mesa Diretora da Casa está embolada e, apesar do otimismo, nenhum dos lados crava quem vai sair vitorioso.

Pacheco, que lançou a campanha antes da adversária, conta com um bloco maior. Além do DEM, o senador é chancelado por PSD, PP, PL, Pros, PSC, PDT, PT e Republicanos. Ele tem como cabos eleitorais o atual presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e o presidente Jair Bolsonaro. Pelos cálculos dos aliados, o parlamentar já teria 42 votos, suficientes para se eleger (o mínimo são 41).

"Pacheco conseguiu construir boas alianças neste período de campanha. Além do mais, teve o apoio do presidente Davi, do qual eu tenho proximidade e sei que fez uma boa escolha para sua sucessão", defende o senador Elmano Férrer (PP-PI).

Mesmo apoiado pelo Palácio do Planalto, Pacheco conseguiu atrair a bancada do PT, que tem seis senadores. Para Humberto Costa (PT-PE), a relação com o chefe do Executivo não foi determinante para a escolha do partido. "Pacheco nos garantiu que seguirá com uma postura independente, mesmo tendo a simpatia do governo Bolsonaro. Nosso compromisso é manter o Senado como uma Casa e um poder autônomo", defende o parlamentar petista.

Apesar de seus partidos estarem no bloco do político mineiro, alguns senadores tendem a escolher Simone Tebet. A votação é secreta, portanto "traições" não podem ser controladas pelas legendas. É justamente nessas possíveis reviravoltas que a campanha da emedebista tem apostado as articulações.

Por isso, Tebet sustenta o discurso anti-Bolsonaro para ganhar votos na Casa. A intenção, nos próximos dias, é pregar a imagem de governista no adversário. Recentemente, a candidata divulgou notas com diversas críticas ao comandante do Planalto, entre as quais, que ele perdeu a guerra das vacinas, teve "arroubos autoritários e machistas" e que os candidatos do MDB às Presidências do Senado e da Câmara (Baleia Rossi, de São Paulo) ganham votos a

"cada vez que ele abre a boca". Na outra Casa, Rossi rivaliza com Arthur Lira (PP-AL), respaldado pelo Planalto.

Além do MDB, Tebet é apoiada por Podemos, Cidadania e PSB - juntos, somam 28 senadores. Ela tenta atrair Rede e PSL, que contam com dois parlamentares, cada um, além do PSDB. Na cúpula do partido da senadora, dono da maior bancada da Casa, com 15 integrantes, a avaliação é que a candidatura dela tende a ganhar musculatura nesta reta final.

Com o objetivo de tentar evitar dissidências, Tebet reuniu diversos núcleos do MDB para reforçar sua candidatura. A ideia é que os integrantes da legenda pressionem os parlamentares de suas bases.

Presidente do MDB Afro, Nestor Neto afirma que a senadora resistiu às disputas internas, justamente por obter o apoio de outras bancadas. "A candidatura de Tebet é de todos, por ela conseguir dialogar com todos os segmentos, seja do partido, seja da sociedade civil", diz.

Questionado sobre o fato de o Planalto não ter dado apoio aos dois senadores do MDB que são líderes do governo, Nestor destaca que Bolsonaro optou por uma candidatura que fosse "capacho" de suas escolhas. Eduardo Gomes (TO) é líder do governo no Congresso e Fernando Bezerra (PE), no Senado. Ambos disputavam com Tebet o direito de concorrer ao comando do Senado pelo partido.

"Os dois líderes se colocaram como candidatos e poderiam promover um diálogo entre o Planalto e o Congresso. O governo não quis os nomes que tivessem altivez e pudesse dialogar, ele quis o candidato que fosse capacho dos interesses dele", ressalta o presidente do MDB Afro.

Líder do Podemos, o senador Álvaro Dias (PR) acredita que, vencidas as crises internas no MDB, Tebet terá condições de superar a desvantagem em relação ao adversário. "Conseguindo todos os votos do seu partido, ela pode ganhar a eleição", crava.

Independente

O senador Major Olimpio (SP), líder do PSL na Casa, enfatiza que se mantém na disputa pelo cargo, mesmo sem o aceno de outros partidos. Além dele, o PSL conta com a senadora Soraya Thronicke (MS).

Segundo Olimpio, as dissidências nos blocos de Pacheco e Tebet podem favorecê-lo. O parlamentar paulista acredita ser uma opção para os descontentes com os outros dois concorrentes. "Continuo candidato. Até porque, o que estou vendo são dissidências dos partidos, com vários senadores que não querem votar nos dois candidatos. Passo a ter chance de ser o voto dos descontentes", confia.

Mesmo sendo amigo dos demais postulantes, Olimpio diz não aprovar os nomes para o comando da Casa. "Simone e Pacheco são amigos e os respeito muito, mas não concordo com o que as candidaturas deles representam. Acho que não representam a necessidade real para o Senado ser o que a população quer", frisa. O senador Jorge Kajuru (Cidadania-GO) é o outro que se colocou na corrida pela Presidência.

-

Senadora manda carta pedindo votos

A senadora Simone Tebet (MBD-MS), candidata à Presidência do Senado, enviou uma carta a senadores pedindo votos para a disputa de fevereiro. Com o adversário na frente - Rodrigo Pacheco (DEM-MG) é apoiado pelo Palácio do Planalto -, a estratégia da parlamentar é "ficar rouca de tanto ouvir", conforme escreveu no texto aos colegas.

"Fortalecida pela forma como minha candidatura foi abraçada, primeiro pelos setores da sociedade civil organizada dentro do MDB, comecei a colocar em prática a estratégia que me impus quando aceitei essa missão: ficar rouca de tanto ouvir", escreveu a parlamentar, no documento enviado aos senadores, ontem, a uma semana da disputa que definirá quem comandará a Casa até o início de 2023.

Eleição de 2022 A eleição no Senado vai escolher quem dirigirá o Congresso Nacional nos próximos dois anos, período do pleito à Presidência da República, no qual Jair Bolsonaro deve concorrer à reeleição. Para contrapor Pacheco, Simone Tebet tem apostado no discurso de independência em relação ao Executivo, mas, também, promete "harmonia" com o Palácio do Planalto.

A senadora reforçou compromisso com a agenda de reformas econômicas, citando a mudança no sistema tributário, atualmente parada no Congresso, e um plano nacional de vacinação contra a covid-19.

Diante da pressão pela retomada do auxílio emergencial, a candidata do MDB defendeu uma agenda conciliando responsabilidade social e responsabilidade fiscal.

"A gravidade da situação também exige que avancemos com as reformas que alavancarão o desenvolvimento, geração de emprego e renda, aliando nossa responsabilidade social com a devida responsabilidade fiscal", diz a carta.

Reforma tributária

A **reforma tributária**, considerada fundamental para destravar a economia, é um dos temas a ser abordado no Congresso. O ministro da Economia, Paulo Guedes, quer criar um tributo sobre transações financeiras, nos moldes da antiga CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira), mas com alíquota mais baixa.

-

"Pacheco conseguiu construir boas alianças neste período de campanha. Além do mais, teve o apoio do presidente Davi, do qual eu tenho proximidade e sei que fez uma boa escolha para sua sucessão" Elmano Férrer, senador

"A candidatura de Tebet é de todos, por ela conseguir dialogar com todos os segmentos, seja do partido, seja da sociedade civil" Nestor Neto, presidente do MDB Afro

Simone crítica interferência de Bolsonaro na eleição

Renan Truffi De Brasília

Candidata à presidência do Senado pelo MDB, maior bancada da Casa, a senadora Simone Tebet (MS) está incomodada com a tentativa do governo Jair Bolsonaro de "ingerir" na disputa interna do Congresso Nacional. Em entrevista ao Valor ontem, Simone disse que a intromissão do Palácio do Planalto nas eleições do Legislativo "não é saudável" para os Poderes.

Na avaliação da parlamentar, o senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG), seu rival na disputa e que é apoiado pelo Executivo, terá "muitas dificuldades" para dizer "não" a Bolsonaro em função dos compromissos firmados.

Simone afirmou não vê apelo popular para um impeachment do presidente, de quem cobra uma nova proposta de auxílio emergencial. A senadora defendeu que o debate sobre esse benefício não pode estar atrelado à aprovação da PEC Emergencial.

"Não consigo entender essa ingerência numa eleição do Senado Federal. Tem dois candidatos que votam com o governo na pauta econômica, dois candidatos que não são oposição, aliás, votaram muito parecidos no projeto. Votei até mais com o governo do que o meu próprio concorrente. Essa ingerência do governo na eleição do Senado ela não é saudável, não tem razão de ser", criticou.

Simone falou sobre o assunto ao comentar o suposto favoritismo de seu adversário na disputa. Isso porque Rodrigo Pacheco tem hoje o apoio de oito partidos, base que é suficiente para lhe dar os 41 votos necessários para a vitória. "O que eu sei é que só se ganha a eleição após o fechamento das urnas e a proclamação do resultado", respondeu.

A senadora defendeu que, apesar de representar uma candidatura independente, o governo não deveria se preocupar com sua possível eleição e nem cometer atos de ingerência como estaria fazendo até agora.

Sobre isso, fez um alerta: haverá consequências se o Congresso escolher o "candidato oficial", como se referiu ao senador do DEM, para comandar os trabalhos na Casa. "Vejo na figura de um candidato oficial do governo muito mais dificuldade de dizer não ao presidente porque há compromissos que são

firmados", defendeu. Neste sentido, a senadora procurou se diferenciar. Disse que sua gestão terá como marca ouvir o sentimento da maioria dos parlamentares da Casa e que o Parlamento brasileiro está diante de uma "encruzilhada" neste momento.

"Quem conhece meu passado, minha história, sabe que tenho opiniões muito próprias, muito determinadas, mas que não faça nada sem ouvir o sentimento da maioria [do Senado]", argumentou. "Estamos diante de uma grande encruzilhada econômica e social para falarmos em divisões. Minha candidatura não é contra "A" ou "B", mas a favor do Brasil, o que significa a favor do estado democrático de Direito", disse a parlamentar.

A senadora do MDB rechaçou qualquer possível aceno do DEM para uma composição com o seu partido neste momento da disputa, como vem sendo especulado nos últimos dias. O movimento teria como "bandeira branca" a oferta da vice-presidência da Casa ao partido. Em troca, os emedebistas retirariam a candidatura de Simone da disputa, possibilidade que ela afasta completamente.

"O tempo do consenso já passou há muito tempo, [passou] quando o presidente Davi Alcolumbre não chamou os líderes do MDB, maior bancada do Senado, para dialogar e buscar um nome de consenso dentro do Senado, e sim um nome oficial do governo federal", afirmou. "O MDB não lançou candidatura própria só por ser a maior bancada ou por tradição. O MDB optou por lançar candidatura quando viu que a ingerência de um poder sobre o Legislativo feria o Estado democrático de direito."

Mas, mesmo com essa interferência, Simone é mais comedida quando o assunto é a possibilidade de um impeachment do presidente Jair Bolsonaro. A candidata acredita que os apelos que reverberam até o momento estão "contaminados" pela negligência do governo em torno da vacina contra a covid-19. Apesar disso, afirma ela, as pesquisas mostram que a maioria da população não quer a destituição de Bolsonaro do cargo, o que é fundamental para que algum movimento seja feito por parte da Câmara dos Deputados.

"Não existe impeachment no Brasil sem apelo popular", enfatizou. "Temos que nos pautar pela última

pesquisa [de opinião] e ela mostra que a maioria da população brasileira não quer o impeachment. Isso bate muito forte na Câmara dos Deputados, que é quem inicia esse processo. Hoje não vejo esse apelo popular estimulando qualquer abertura de impeachment", resumiu.

Do ponto de vista econômico, começam a surgir algumas diferenças entre Simone e o governo federal. Na conversa, a candidato do MDB criticou a possibilidade de o Palácio do Planalto condicionar apoio ao novo auxílio social à aprovação das propostas de Emenda à Constituição (PECs) do Mais Brasil, conhecidas como PEC Emergencial e PEC dos Gatilhos. A ideia da gestão Bolsonaro seria forçar esse acordo como forma de abrir espaço no Orçamento para essa despesa.

"Não vejo problema de um compromisso do Congresso de pautar as duas matérias [auxílio e PECs]. Mas não dá para dar garantia [de aprovação] ao governo", defendeu. "Não dá pra assumir compromisso de que as PECs serão aprovadas da forma como estão. Tem pontos impopulares, excessos e isso pode ser modificado", acrescentou.

Além disso, a parlamentar do MDB defendeu que o governo precisa sugerir, em até 15 ou 30 dias, uma proposta de novo benefício assistencial para aqueles que continuam sendo afetados pela pandemia. "Eu acho que é impossível conter o apelo do Congresso para uma pauta como essa. Vai vir da ma e chegar nos ouvidos dos parlamentares, como está chegando. Por isso, não consigo imaginar o governo não apresentando alguma proposta nos próximos dias", acrescentou.

Ainda assim, a discussão sobre o novo auxílio, seja de R\$ 200 ou R\$ 300, terá de se dar dentro dos "limites" fiscais, argumentou, "sob pena de entrarmos num verdadeiro buraco negro". "Os momentos de crise são os momentos menos propícios a qualquer alteração no que se refere à política fiscal, é temário", alertou.

Simone ainda demonstrou otimismo sobre o avanço da **reforma tributária**, mas pouca confiança em relação às privatizações por conta da crise. "Vai ficar para um segundo plano."

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186645?page=1§ion=1

Economistas alertam para piora da desigualdade com a pandemia

A pandemia tem o potencial de aumentar a desigualdade econômica na maioria dos países ao mesmo tempo. Atinge com mais força pobres, mulheres e negros. Os muito ricos recuperaram suas perdas em nove meses, enquanto os mais pobres do planeta levarão 14 anos para repor seus prejuízos.

Estas são as principais mensagens do relatório "O Vírus da Desigualdade" que a Oxfam lança hoje no Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça. "O vírus mostra a profundidade da desigualdade e como se reflete na recuperação da pandemia", diz Katia Maria, diretora-executiva da Oxfam Brasil.

A ONG realizou uma pesquisa com 295 economistas de 79 países como a indiana Jayati Ghosh, o americano Jeffrey Sachs e o francês Gabriel Zucman. Entre os entrevistados, 87% acreditam que a desigualdade de renda aumentará em seus países e isso inclui economistas de 77 dos 79 países da pesquisa. Mais da metade diz que a desigualdade de gêneros irá crescer e dois terços têm a mesma opinião para a desigualdade racial.

"A leitura dos economistas é que o vírus não vai passar impune em todos os países", diz Katia Maia. "O vírus mostra as profundidades da desigualdade e como isso se reflete na recuperação da pandemia".

A Oxfam usa uma variedade de dados para montar o relatório - projeções do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), por exemplo. Para este estudo os pesquisadores usaram a lista anual do patrimônio líquido dos bilionários no mundo publicada pela Forbes em março de 2020 e a atualização de 30 de novembro e 31 de dezembro.

As mil pessoas mais ricas do mundo recuperaram todas as perdas que tiveram durante a pandemia entre fevereiro e novembro de 2020. Se em fevereiro de 2020 os mais ricos tinham 100% de suas fortunas, em março a riqueza caiu para 70%. Em novembro, contudo, haviam recuperado o prejuízo. O que levou nove meses agora demorou cinco anos na crise financeira de 2008, compara o texto.

Os bilionários acumularam US\$ 3,9 trilhões entre 18 de março e 31 de dezembro e a riqueza total do grupo soma US\$ 11,95 trilhões. É o equivalente ao que os

governos do G 20 gastaram para enfrentar a pandemia, diz o estudo.

As mulheres, que têm a maioria dos empregos mais precários, perderam renda pelo impacto da pandemia. "Se tivessem o mesmo nível de representação que os homens nesses empregos, não estariam mais sob o risco de perder renda ou empregos", diz o relatório.

O estudo evidencia realidades duras. "Nos Estados Unidos, 22 mil negros e hispânicos estariam vivos se tivessem a mesma taxa de mortalidade por covid-19 que os brancos". As taxas de contaminação e mortes são maiores em áreas pobres na França, Espanha e Índia. Na Inglaterra, estes índices são o dobro nas regiões mais pobres comparadas com as mais ricas.

"A desigualdade extrema não é inevitável, mas uma escolha política", diz o estudo. "É preciso pensar não só em controlar gastos, ter **PIB**, fazer ajustes fiscais, mas pensar em dar empregos dignos e em uma economia mais inclusiva e com menos impactos ambientais", diz Katia Maia. "No Brasil, por exemplo, isso significa fazer uma **reforma tributária** que trate diferente quem ganha diferente, segue. "O auxílio emergencial é uma questão humana, mas também econômica, que teve impacto positivo".

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186645?page=1§ion=1

Ano será de consolidação fiscal

No começo do ano, o secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, declarou que 2021 seria "definido" por um processo de "consolidação fiscal", ou seja, de ajuste nas contas públicas. "A grande tarefa do governo em 2021 vai ser de manter o lado fiscal sob controle", disse.

O objetivo é impedir uma alta ainda maior da dívida bruta, que deve bater recorde ao ultrapassar 90% do **PIB** em 2020 por conta dos gastos com a Covid-19 - bem acima da média dos países emergentes (cerca de 60% do **PIB**).

No governo, há também resistência em prorrogar o auxílio emergencial, apesar do aumento da pressão no Congresso Nacional, e uma tentativa de encontrar caminhos para acelerar a privatização de estatais. Já os estados querem abocanhar uma parcela maior da arrecadação da União, como forma de manter os benefícios fiscais para empresas. Eles pedem cerca de R\$ 480 bilhões ao longo de dez anos para abastecer o fundo de desenvolvimento regional e o fundo de exportações.

Espremida na disputa por recursos, a sociedade civil tenta garantir que os direitos atuais sejam preservados. Formada por mais de 200 associações e consórcios de gestores públicos, fóruns e conselhos, a Coalizão Direitos Valem Mais pediu melhora nos serviços ofertados à população se posicionou pelo aumento de recursos no orçamento de 2021 para as áreas saúde, educação e assistência social.

ARRECADANÇA

Do lado da arrecadação, segundo analistas, o cenário atual da economia é marcado por um sistema tributário confuso, ineficiente e que dificulta o aumento da produtividade e do emprego. Para melhorar esse quadro, está sendo discutida uma **reforma tributária**.

Segundo o diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI, órgão ligado ao Senado), Josué Pellegrini, falta simplicidade e transparência ao atual sistema tributário brasileiro. Para ele, porém, os principais problemas são a falta de neutralidade (ou seja, excesso de interferência no sistema econômico) e a regressividade - peso maior da tributação sobre os mais pobres.

"Nosso sistema realmente é muito ruim. É muito difícil piorar em caso de mudanças, de tão ruim que ele é", disse Pellegrini. O diretor do IFI sugere: a instituição

de um imposto agregado (IVA) nacional sobre o consumo, para buscar a neutralidade, e a redução do peso dos **impostos** sobre consumo e folha de pagamentos, com aumento da tributação sobre a renda e diminuição de benefícios fiscais. A proposta do governo envolve mudanças somente em **impostos** federais, mas os estados querem uma reforma mais abrangente dos **tributos** sobre o consumo, englobando também **tributos** estaduais e municipais.

Site:

<http://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login#page/32>

Reforma tributária é prioridade

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

A **reforma tributária** é outro tema da pauta dos novos presidentes das mesas do Congresso. No governo, o ministro da Economia, Paulo Guedes, pretende criar um tributo sobre transações financeiras, nos moldes da antiga CPMF, mas com alíquota mais baixa. Ele aposta na vitória de Lira para rerepresentar a proposta do novo imposto. Baleia é autor de uma das principais propostas em tramitação no Congresso, com ideia de criar um imposto, mas em substituição a outros três **tributos** federais. Aliado de Lira, o líder do Solidariedade, Zé Silva (MG), defende um novo imposto temporário apenas para custear uma nova fase do auxílio emergencial. "Sou contra o aumento de carga tributária, mas não podemos deixar as pessoas passarem fome", disse.

A líder do PSOL na Câmara, Sâmia Bomfim (SP), avalia que a deterioração da situação social do País vai obrigar uma discussão mais robusta sobre o auxílio emergencial. "Com Lira, deve haver um alinhamento total com Bolsonaro. Com Baleia, pode haver uma queda de braço semelhante à de 2020, quando a proposta da Câmara derrotou os R\$ 200 reais que Bolsonaro queria (de auxílio)", disse.

O auxílio emergencial é um benefício que, segundo parlamentares, inevitavelmente será formulado. Nesse aspecto, todos os principais candidatos mantêm discursos diferentes na fórmula, mas semelhantes no propósito. Rodrigo Pacheco chegou a defender a revisão do teto de gastos para encaixar a nova despesa. Arthur Lira tem dito que há chances de haver prorrogação. O tema do teto de gastos, porém, é um desafio. "Não podemos ser mais irresponsáveis fiscalmente", afirma o líder do Novo na Câmara, Vinícius Poit (SP).

Site:

<http://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login#page/32>

Marinho diz esperar sensibilidade para definição sobre novo auxílio emergencial

Idiana Tomazelli

Diante da crescente pressão por uma nova rodada de auxílio emergencial para ajudar os mais vulneráveis à crise da covid-19, o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, disse neste domingo, 24, esperar do governo e do Congresso a sensibilidade necessária para encontrar o melhor caminho. Ele destacou, porém, que será necessário definir, durante a votação do Orçamento de 2021, qual será a prioridade dada a essa iniciativa, respeitando as condições fiscais da União.

Teremos votação do Orçamento, espero, entre fevereiro e março. Esse será o momento de definir qual prioridade que governo dará, dentro de sua condição orçamentária, a um novo programa ou à manutenção do que aí está. Tem muito a ver com essa sinergia necessária entre Parlamento e governo federal e com o apelo da própria sociedade. Agora, essa é uma missão do ministro Onyx (Lorenzoni, da Cidadania), junto com o presidente (Jair Bolsonaro), disse Marinho em entrevista à GloboNews. Espero que haja sensibilidade necessária para encontrarmos o melhor caminho, afirmou.

Nos últimos dias, candidatos ao comando da Câmara e do Senado intensificaram a defesa por uma nova rodada do auxílio ou por um reforço no Bolsa Família, dado que o número de infecções e mortes pela covid-19 tem aumentado. Em entrevista ao Estadão/Broadcast, o senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG), cuja candidatura tem apoio do Palácio do Planalto, chegou a dizer que o teto de gastos (regra fiscal que limita o avanço das despesas à inflação e é tido como uma superâncora da sustentabilidade das contas) não pode ser intocado diante da crise.

Apuração do Estadão/Broadcast mostrou que a senadora Simone Tebet (MDB-MS) também discute com economistas a possibilidade de alguma revisão no teto. Apontado diversas vezes pela equipe econômica como um ministro fura-teto, Marinho buscou se descolar dessa imagem e adotou discurso alinhado ao do ministro da Economia, Paulo Guedes, com quem já se desentendeu no passado. Em diversos momentos da entrevista, o ministro do Desenvolvimento Regional destacou que o colega de Esplanada é quem dá o tom da política econômica do governo Bolsonaro. Ele também destacou que

qualquer investimentos de sua pasta respeitará o teto de gastos.

Há uma insegurança do mercado em relação ao teto de gastos, e o presidente, de uma forma muito enfática, e o ministro da Economia já declararam qual é a posição do governo, de manutenção do teto. Qualquer mudança ou qualquer possibilidade de fazer investimentos, de se assegurar que obras não serão paralisadas, ou que novas obras serão iniciadas, estará necessariamente dentro das condições fiscais dadas pela legislação vigente, que é a preservação do teto de gastos, afirmou Marinho.

O ministro negou que adote uma agenda pró-gasto, afirmou que possui um histórico de defesa da responsabilidade fiscal e disse que trabalha apenas para executar o Orçamento destinado ao MDR.

No ano passado, porém, a pasta se envolveu diretamente em negociações junto ao Congresso Nacional para remanejar recursos do Ministério da Economia - que seriam usados para pagar valores devidos a organismos multilaterais - para obras do MDR, inclusive patrocinadas por parlamentares. Essa estratégia foi adotada meses após uma tentativa frustrada de obter junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) aval para fazer investimentos fora do teto de gastos. O ano terminou com o governo brasileiro dando o calote em organismos como a Organização das Nações Unidas (ONU) devido à decisão do Congresso de privilegiar as obras.

Na entrevista, Marinho buscou distensionar a relação com Guedes, ao mesmo tempo em que defendeu a busca de sua pasta para destravar as obras. É evidente que em qualquer governo, o ministro da Fazenda, que tem a chave do cofre, segura os recursos, é natural que seja assim. E ministros das áreas finalísticas pretendem executar as obras, afirmou. O ministro da Economia faz seu trabalho, nós fazemos o nosso. Não há nenhuma dificuldade nessa relação entre nós.

O ministro do Desenvolvimento Regional desconversou sobre a possibilidade de migrar para outra pasta, como a Casa Civil ou a Secretaria de Governo. Ex-deputado e tido como habilidoso em negociações com parlamentares, Marinho já foi apontado como um nome possível para assumir a

articulação política do Palácio do Planalto. Ontem, porém, ele disse que qualquer decisão cabe a Bolsonaro. Estou confortável onde estou , disse.

Reformas

Rogério Marinho, disse, ainda, na entrevista à GloboNews, que o governo tem uma janela em 2021 para aprovar reformas estruturais antes que as eleições de 2022 dominem o ambiente político e inviabilizem o avanço dessas pautas. O ministro disse ter convicção em relação à aprovação das reformas tributária e administrativa e avaliou que os congressistas entendem a importância dessas pautas. Os parlamentares, e esse Congresso é reformista, entenderam que é necessário uma mudança de critérios e paradigmas. É impossível o Brasil retomar seu crescimento econômico, que vai permitir que maior número de pessoas ingressem no mercado de trabalho sem uma **reforma tributária** que simplifique **impostos**, que diminua briga autôfaga entre entes federados. Essa é uma tese que amadureceu entre parlamentares , afirmou.

Questionado sobre a capacidade do governo de reunir tamanho capital político em seu terceiro ano de mandato, Marinho disse acreditar na viabilidade. É a janela que nós temos. No quarto ano (de mandato), sim, nós teríamos dificuldades de implantar reformas de maneira mais incisiva , afirmou.

Na avaliação do ministro, a agenda de reformas está acima da disputa pelo comando do Congresso. Ele destacou que os dois principais candidatos à presidência da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) e Baleia Rossi (MDB-SP), votaram no passado pelas reformas. Espero que quem vencer tenha afinidade com o tema como demonstrado nos anos anteriores , finalizou.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2021/01/25/marinho-diz-esperar-sensibilidade-para-definicao-sobre-novo-auxilio-emergencial.htm>

Em carta, secretários de 18 Estados pedem que benefício volte a ser pago

Lu Aiko Otta e Marta Watanabe De Brasília e São Paulo

Em meio ao recrudescimento dos casos de covid-19 e ao impasse da vacina, Estados divergem sobre o retorno do estado de calamidade pública, situação que levaria à suspensão do teto de gastos e da "regra de ouro".

Engrossando a pressão pela manutenção do auxílio emergencial, secretários de Fazenda de 18 Estados enviaram na sexta-feira uma carta aos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-RR), pedindo que o benefício seja mantido. Para tanto, pedem o retorno do estado de calamidade por seis meses, com suspensão da regra de ouro e do teto de gastos.

A carta foi assinada por representantes de todos os 16 Estados do Norte e Nordeste, juntamente com Paraná e Mato Grosso do Sul. Os secretários dos demais Estados das regiões Sul e Centro-Oeste não assinaram a carta, assim como os pares do Sudeste e Distrito Federal. Para representantes de alguns dos Estados que ficaram de fora da missiva, é válido discutir uma transição para o auxílio emergencial, mas é preciso estar atento à questão fiscal e retomar a agenda de reformas.

A carta diz que a continuidade do auxílio emergencial "é essencial para não colocar milhares de famílias em situação de fome e desamparo social, manter o nível do consumo, evitando a paralisia da atividade econômica e, conseqüentemente, a arrecadação dos **tributos**, principalmente do ICMS, principal imposto estadual". O documento é encabeçado pelo presidente do Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados (Comsefaz), Rafael Fonteles, do Piauí. Ele explicou que alguns Estados ainda analisam o texto, mas a optou-se por enviá-la com o apoio de dois terços dos Estados por causa do recrudescimento da pandemia e um "aumento perigoso da segunda onda, que pode ser pior que a primeira".

O que preocupa muito, diz George Santoro, secretário de Fazenda de Alagoas, é a falta de um calendário da vacinação contra a covid-19. "Isso gera insegurança em todos os Estados e nas pessoas desassistidas nesse momento. E o auxílio parou de repente, sem um processo de transição."

O secretário da Fazenda do Pará, René Sousa Júnior, destaca que o auxílio emergencial foi importante para a reação da arrecadação do ICMS no Estado e que parte da poupança do benefício vem sustentando ainda as vendas do varejo no mês de janeiro.

Apesar de concordar que o auxílio emergencial trouxe efeitos positivos, Henrique Meirelles, secretário de Fazenda de São Paulo, diz que o Estado não assinou a carta porque é contrário à suspensão temporária do teto de gastos e da regra de ouro. "A suspensão desses instrumentos traz incerteza, aumenta o risco e isso repercute nos juros", diz. Ele ressalta que não é contra a discussão de um auxílio emergencial, mas é preciso encontrar espaço fiscal para isso e a única maneira seria por meio de reformas.

Cristiane Schmidt, secretária de Fazenda de Goiás, tem opinião semelhante. "O foco deve ficar na vacina e nas reformas estruturais, como a administrativa e a tributária." O crescimento econômico, afirma, depende do aumento da produtividade, que só virá com reformas.

Marco Aurélio Cardoso, secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul, diz que a transição para o auxílio emergencial é um debate válido e que já tem acontecido. Ele defende, porém, uma discussão "qualitativa" com uma discussão que contemple o auxílio e a sustentabilidade fiscal como um todo. É preciso discutir qual auxílio pode ser esse e como financiá-lo." Os secretários de Fazenda, diz Cristiane Schmidt, não têm proposta para um novo desenho de auxílio emergencial e já há estudos de especialistas que sugerem a reorganização da rede social existente.

A carta pede também suspensão do pagamento de precatórios e das dívidas com a União, bancos públicos e organismos multilaterais por 12 meses, "postergando por igual período os prazos de respectivas amortizações e pagamentos suspensos, para os Estados que manifestem esse interesse". Em seu conteúdo original, a carta também continha pedido para nova recomposição de receitas, mas o item foi excluído do texto final.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186645?page=1§ion=1

Proteção de dados pessoais e as sanções que já estão em vigor (2)

O tema proteção de dados pessoais vem ganhando destaque no Brasil, principalmente depois da criação do General Data Protection Regulation, o chamado GDPR, legislação europeia que regulamenta o tratamento de dados pessoais, que passou a vigorar na União Europeia em 25 de maio de 2018.

Deste modo, influenciado pelo regulamento europeu, o legislativo brasileiro elaborou, já em 2018, a chamada Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), que também regulamenta o tratamento de dados pessoais, inclusive em meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica. Após vários adiamentos e muita insegurança jurídica, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) entrou parcialmente em vigor no dia 18 de setembro de 2020.

Porque a lei entrou parcialmente em vigor e não integralmente? Porque as sanções administrativas previstas na legislação tais como advertência, multa de até 50 milhões de reais, publicização da infração, bloqueio de dados pessoais, só poderão ser aplicadas a partir de 1º agosto de 2021 por força da Lei nº 14.010/20.

Não se pode falar em sanções administrativas da LGPD sem mencionara Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), órgão da administração pública direta federal cujo objetivo principal é aplicar as sanções administrativas e realizar a fiscalização do cumprimento da lei.

Na prática, a ANPD já está constituída, mas ainda em estado inicial, todavia conforme já mencionado, a autoridade está impedida de aplicar as sanções até agosto deste ano.

Mas será que todas as pessoas jurídicas de direito público ou privado que efetuam tratamento de dados pessoais de pessoa natural estão isentas de receber eventuais sanções administrativas até agosto de 2021? Se a questão for restrita à aplicabilidade da LGPD sim. Porém", existem outras legislações que poderão ser aplicadas em casos específicos.

O Marco Civil da Internet (MCI) é um exemplo clássico de legislação que, apesar de não conceituar o tratamento de dados pessoais, prevê aplicações de sanções pelo descumprimento das obrigações relativas à (i) proteção aos registros, aos dados

pessoais e às comunicações privadas, (ii) à guarda de registros de conexão, e (iii) à guarda de registros de acesso a aplicações de internet na provisão de aplicações.

Vale frisar que o MCI estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil, logo, as sanções previstas nesta legislação só poderão ser aplicadas no âmbito da internet, não abrangendo violação ao tratamento de dados pessoais em outras situações.

Em conformidade com as definições e conceitos trazidos pela LGPD, considera-se dado pessoal quaisquer informações que identificam direta ou indiretamente uma pessoa natural, logo, registros de conexão ou registros de acesso a provedores de aplicações também são considerados dados pessoais nos termos do ordenamento jurídico brasileiro.

O MCI também prevê que é direito do usuário o não fornecimento dos seus dados pessoais, inclusive registros de conexão e de acesso a aplicações de internet, corroborando com o conceito de proteção de dados pessoais trazido pela LGPD.

Vale ainda mencionar que, em suma, tratamento de dados pessoais significa qualquer ação praticada com o dado pessoal, podendo ser desde a coleta dos dados até a sua efetiva exclusão ou descarte.

Dito isto, as sanções administrativas previstas no Marco Civil da Internet são: - advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas; - multa de até 10% (dez por cento) do faturamento do grupo econômico no Brasil no seu último exercício, excluídos os **tributos**, considerados a condição econômica do infrator e o princípio da proporcionalidade entre a gravidade da falta e a intensidade da sanção; - suspensão temporária das atividades; - proibição de exercício das atividades.

Sendo assim, eventuais violações ao tratamento de dados pessoais realizado no âmbito da internet poderão ser penalizadas pelas sanções administrativas previstas no Marco Civil da Internet por órgãos institucionais como Anatel ou Secretaria Nacional do Consumidor, a depender do tipo de violação e do titular dos dados pessoais afetado.

Por fim, as empresas em geral não podem cair na ilusão de que estão livres de sofrer sanções relacionadas à proteção de dados pessoais até agosto de 2021, levando-se em consideração apenas à LGPD, quando na verdade precisam estar atentas às diversas peculiaridades relacionadas ao tema, considerando que em casos específicos outras legislações poderão ser aplicadas, como é o caso do Marco Civil da Internet, quando o tratamento de dados é realizado na rede mundial de computadores.

*Advogado e DPO do escritório Cerqueira Leite Advogados.

Site:

<https://digital. hojeemdia.com.br/pub/jornalhojeemdia/index.jsp?serviceCode=login&edicao=12661>

Cidades com melhor desempenho no emprego receberam mais auxílio

Thiago Resende, Bruno Bogliossian

Os municípios que tiveram os melhores resultados na geração de empregos com carteira assinada durante a pandemia são, em sua maioria, localidades que tiveram uma maior cobertura no pagamento do auxílio emergencial.

Entre as 500 cidades com melhor desempenho no mercado formal de trabalho de março a novembro, 357 têm mais beneficiários do programa do que a média nacional. O número representa 71,4% dos municípios que ficaram no topo do ranking do emprego na pandemia.

O pagamento do auxílio emergencial está mais presente nesses municípios do que no restante do país. De todas as 5.570 cidades do Brasil, 57,1% tiveram uma cobertura acima da média nacional.

Para a economista Cecília Machado, professora da EP-GE (Escola Brasileira de Economia e Finanças) da FGV e colunista da Folha, era esperado que o auxílio tornasse a economia mais dinâmica durante o pagamento do benefício, especialmente das cidades menos populosas e de mais baixa renda.

Em alguns casos, como nos lares atendidos pelo Bolsa Família, o valor recebido em 2020 superou a renda de anos anteriores.

"Os recursos acabaram gerando consumo nessas cidades. Mas o consumo gerado pelo auxílio não pode ser visto como a melhor política de emprego. Esses empregos não estavam lá antes por outros motivos", afirmou.

A ajuda financeira destinada a desempregados e trabalhadores informais no ano passado foi responsável pela sobrevivência da atividade econômica em muitos locais, suavizando o impacto da crise da Covid-19 no **PIB** (Produto Interno Bruto) do país.

A transferência temporária de renda, que variou de R\$ 300 a R\$ 1.200, beneficiou 67,9 milhões de pessoas, o que representa 32,1% da população brasileira.

De maneira geral, o Brasil fechou vagas com carteira assinada (tipo de contratação mais cara para o empregador) desde o início da pandemia, apesar dos

resultados positivos nos últimos meses.

Ao todo, foram fechados 112 mil postos de trabalho de março a novembro de 2020 -dado mais recente do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), divulgado pelo Ministério da Economia.

Nos municípios onde a cobertura do auxílio emergencial ficou acima da média nacional, houve um saldo positivo de vagas nesse período: 105 mil vagas. Nas localidades em que o pagamento do benefício foi menor do que no total do país, houve um resultado negativo de 217 mil postos.

Os 500 municípios do topo do ranking do emprego são aqueles que apresentaram, em novembro, o melhor saldo proporcional de vagas formais em comparação com a quantidade de carteiras assinadas que existiam antes da pandemia, em março.

São principalmente cidades pequenas, que representam pouco mais de 1% do mercado de trabalho nacional. Nesses locais, foram criados 156.600 postos de março a novembro -o que representa um crescimento de mais de 20% do estoque de vagas que existia antes da pandemia.

Quase metade desses 500 municípios com alto índice de criação de vagas formais fica no Nordeste: são 247 cidades dos nove estados da região.

Ao longo da pandemia, dados do governo já apontavam que o benefício teve um impacto significativo na economia do Nordeste. Isso explica parte do desempenho do mercado de trabalho.

O efeito estimado foi de 5% sobre a atividade de municípios da região nos primeiros meses em que o benefício foi pago.

Ao fim do programa, em dezembro, o Ministério da Economia afirmou que a gradual retomada da economia no país provocou "uma redução expressiva no grau de dependência das famílias" ao longo da pandemia.

Em setembro, o valor do benefício, que era de R\$ 600, foi cortado pela metade. No fim do ano, o governo decidiu não prorrogar a transferência.

Diante do repique no número de infecções e de mortes relacionadas à Covid-19, alguns estados estão retomando medidas de distanciamento social, o que reacendeu o debate sobre a necessidade de volta do auxílio emergencial em 2021.

Na sexta (22), secretários de Fazenda, Finanças ou Tributação de 18 estados pediram, em carta ao Congresso, a ajuda dos parlamentares para que o governo federal estenda o benefício em virtude da pandemia da Covid-19. Eles pedem ainda ao Legislativo a prorrogação do estado de calamidade pública por mais seis meses e, como consequência, a continuidade da emenda à Constituição que permitiu a suspensão temporária de bloqueios fiscais como o teto de gastos.

O Ministério da Economia tenta resistir à pressão. O argumento é que o custo de uma nova rodada de pagamentos prejudicará ainda mais a saúde das contas públicas, visto que o rombo sofreu forte expansão no ano passado.

Machado diz acreditar que, se o benefício for retomado, o programa tem de ser menor. "Muito cirúrgico* completou, de forma que os recursos sejam transferidos para aqueles realmente afetados pelas medidas de restrição.

"O mercado de trabalho formal tem se recuperado, mas há incertezas em relação ao futuro. A pandemia tem evoluído, e a retomada plena da economia depende da vacinação [contra a Covid-19]" disse o economista.

Para Aninho Mucundramo Irachande, professor do Instituto de Ciência Política da UnB (Universidade de Brasília), o benefício emergencial acabou tendo um efeito colateral: aumento da **inflação**. Com isso, a renda dos mais pobres, em 2021, sem o auxílio, deve ser corroída.

Por isso, ele diz acreditar que o programa, inclusive por pressões políticas, será restabelecido em um modelo muito semelhante ao que vigorou em 2020.

"Mesmo como novo aumento do número de mortes, não acho que o impacto da pandemia no mercado formal em 2021 será como antes. Já temos a experiência da primeira onda [do coronavírus], quando as atividades foram sendo retomadas após alguns meses. Além disso, demitir funcionário com carteira assinada é caro no Brasil e, depois, será difícil preencher a vaga", disse Irachande.

Para gerar mais empregos e estimular a formalização, o ministro Paulo Guedes (Economia) aposta na

redução do custo de contratação.

No entanto, as principais medidas em estudo pela pasta dependem de apoio da ala política do governo e do Congresso, que são resistentes à proposta de criação de um imposto semelhante à CPMF para bancar a desoneração da folha de pagamentos.

Além da dificuldade de conseguir reduzir encargos sobre contratos formais de trabalho, o governo não conseguiu ainda achar uma solução permanente para a promessa de ampliar o Bolsa Família.

Com poucos recursos no Orçamento, o programa social atendeu em janeiro a menos famílias do que no ano passado, elevando a pressão política pela prorrogação do auxílio.

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Espaço fiscal para auxílio emergencial (2)

CLAUDIO ADILSON GONÇALEZ

O Banco Mundial desenvolveu uma estatística para medir o grau de isolamento social, legal ou voluntário, na pandemia de covid-19. Trata-se do stringency index (IE), ou índice de rigor. No caso hipotético de confinamento total (lockdown) esse índice seria 100. Sem qualquer distanciamento social, seria 0.

Estima-se que o Brasil tenha encerrado 2020 com o IE em 60.

O economista Bráulio Borges, do Ibre-FGV e da LCA Consultores, utilizou esse índice e um elaborado modelo de consistência macroeconômica para estimar cenários de crescimento da economia brasileira, em 2021, de acordo com a eficácia do programa de vacinação. Os resultados foram eloquentes.

Se o governo conseguisse imunizar 70% da população, até meados deste ano, o **PIB** em 2021 cresceria quase 8%, em relação a 2020, e já igualaria o nível que se esperava para o ano passado, antes da covid-19. Na hipótese mais pessimista (que hoje já soa como muito otimista), em que tal imunização só seria alcançada no final deste ano, o crescimento seria anêmico, cerca de 0,5%, em relação ao fim do ano passado, embora na média, por puro efeito estatístico, o **PIB** em 2021 seria 3% maior que em 2020.

Como se vê, o custo econômico da incompetência governamental no enfrentamento da pandemia é gigantesco.

Não são meras estatísticas. Atrás destes números há um drama social, em que mais de 30 milhões de pessoas ficarão sem condições de sustentar suas famílias.

Quem não previne tem de remediar.

Com a segunda onda da covid-19 já sendo um fato e com a lentidão do programa nacional de vacinação, a renovação do auxílio emergencial, em lugar de uma opção, é uma imposição.

Mas há espaço fiscal para isso? A resposta é afirmativa. Vejamos o porquê.

No final do terceiro trimestre de 2020, as projeções de consenso eram as seguintes (todos os números como porcentagem do **PIB**): déficit primário do governo central, 13%; e Dívida Bruta do Governo Geral

(DBGG) - conceito BC - 97%, os famosos "quase 100% do **PIB**", bordão predileto de muitos analistas. Em 2021, a relação DBGG/**PIB** já ultrapassaria essa marca psicológica de 100%. Esperava-se também que a queda do **PIB** em relação a 2019 fosse de 6% ou mais.

Com esse cenário, naquela oportunidade, o índice Bovespa, principal indicador do mercado acionário brasileiro, já havia batido nos 100 mil pontos, depois de ter caído a quase 60 mil pontos no início da pandemia. A taxa básica de juro (Selic) já era de 2% ao ano e o custo de financiamento do Tesouro Nacional, para prazo de dez anos, era praticamente o mesmo que o atual. Ou seja, o mercado financeiro já havia absorvido esses números, não tendo entrado em pânico.

Felizmente, a realidade foi menos cruel. A queda do **PIB** em 2020 deve ter sido inferior a 4,5%, o déficit primário não deve ter ultrapassado 10,2% do **PIB**. A relação DBGG/**PIB** é estimada, pela MCM Consultores, em 89,0% (final de 2020) e em 88,2% (final de 2021). Essa melhor performance da economia e das contas públicas se deveu, em grande medida, aos estímulos de demanda introduzidos pelo auxílio emergencial, numa economia com enorme ociosidade na utilização de seus recursos produtivos.

Se o auxílio emergencial de R\$ 300,00 fosse prorrogado por mais 6 meses, mediante crédito extraordinário, sem desrespeito ao teto de gastos, o custo fiscal poderia alcançar R\$ 120 bilhões. O impacto sobre a dívida pública seria de 1,5% do **PIB**, ou seja, 2021 fecharia com a relação DBGG/**PIB** em torno de 89,7%, praticamente o mesmo nível estimado para 2020.

É importante ressaltar que estamos falando de crédito extraordinário, aberto para enfrentar uma emergência, e não de aumento permanente de gastos. Dessa forma, a eventual prorrogação do auxílio emergencial não deveria ser motivo para histeria, quer do mercado financeiro, quer de membros da equipe econômica, como se viu na semana passada.

Com 2.^a onda da covid-19 e lentidão na vacinação, renovar auxílio não é uma opção, mas uma imposição

ECONOMISTA, DIRETOR-PRESIDENTE DA MCM CONSULTORES, FOI CONSULTOR DO BANCO MUNDIAL, SUBSECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL E CHEFE DA ASSESSORIA

ECONÔMICA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Para Ibre/FGV, 1º semestre já está comprometido

Arícia Martins De São Paulo

Mesmo com quase nenhum dado econômico disponível para o início do ano, a intensificação da pandemia e a lentidão no processo de vacinação já são suficientes para piorar as perspectivas sobre o desempenho da atividade no primeiro semestre. A avaliação é do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), que há pouco tempo trabalhava com um cenário de relativa estabilidade, mas em janeiro passou a prever leve redução do Produto Interno Bruto (**PIB**) no primeiro e no segundo trimestres.

Na primeira edição de 2021 do Boletim Macro, antecipada ao Valor, o Ibre/FGV manteve a projeção de crescimento de 3,5% para o **PIB** no ano. Esse número, porém, está sob viés de baixa, já que, com dinâmica ainda mim dos serviços, o primeiro semestre deve ser negativo, e a dificuldade em visualizar o fim da pandemia pode diminuir a intensidade da recuperação esperada para o segundo.

"O melhor desempenho da economia no quarto trimestre do ano passado não se traduz, portanto, em melhores perspectivas para a economia brasileira no início deste ano", apontam Armando Castelar, Coordenador de Economia Aplicada do instituto, e Sílvia Matos, coordenadora técnica do Boletim Macro, na abertura do documento.

Depois da estimada expansão de 1,9% do **PIB** no último trimestre de 2020 em relação aos três meses anteriores, feitos os ajustes sazonais, a economia deve entrar em terreno negativo no primeiro trimestre, com recuo de 0,5%, projeta o Ibre/FGV. A essa queda, deve se seguir outra de intensidade um pouco menor no segundo trimestre, de 0,2%.

Segundo Sílvia, ainda não é possível caracterizar o comportamento previsto para o primeiro semestre como uma recessão técnica, quando o **PIB** trimestral mostra duas quedas consecutivas. Isso porque a variação de cada trimestre pode sofrer alterações após a revisão anual do IBGE.

Ainda assim, o quadro é muito difícil, e os riscos de o país experimentar períodos de contração do **PIB** aumentaram bastante, alerta. "Estamos no pior dos mundos, com **inflação** alta, câmbio depreciado e

atividade muito fraca", resume Sílvia.

O comportamento negativo dos serviços, que respondem por mais de 70% do **PIB**, deve persistir na primeira metade do ano, grande mudança em relação ao desempenho previsto para o setor até o fim do ano passado, diz a economista. Nas estimativas do Ibre, o **PIB** dos serviços deve diminuir 0,4% de janeiro a março ante os três meses anteriores.

"A pandemia joga um balde de água fria nos serviços públicos e nos serviços prestados a famílias, que, além dos transportes, devem continuar caindo neste início de ano", afirma. O comércio, que, dentro do **PIB**, faz parte da atividade dos serviços, também deve perder fôlego na abertura do ano, movimento já esperado após o fim do auxílio emergencial, acrescenta ela.

Pela ótica da demanda, a principal contribuição negativa para a atividade neste começo de ano virá do consumo das famílias, aponta o Ibre, que projeta retração de 0,5% para esse componente no primeiro trimestre. A instituição projeta taxa de desemprego de 15,5% no primeiro trimestre, atingindo um pico de 16% no segundo, o que dificulta desempenho mais positivo do consumo.

Agravando esse quadro, a normalização da política monetária pode ter que começar mais cedo, avalia Sílvia. No cenário-base do instituto, o Banco Central só começa a elevar a Selic a partir do segundo semestre. "Mas temos pressões na **inflação**, o que pode antecipar esse ciclo de alta dos juros, algo que seria mim para a atividade", afirma a economista.

O boletim aponta que a forte depreciação cambial, em um contexto de valorização de commodities e de políticas de transferência de renda, gerou maior pressão inflacionária, o que elevou o grau de incerteza na economia e deixou o BC "se sentindo mais pressionado a agir."

Outro risco relevante vem do "debate não organizado" sobre a política fiscal, em um contexto de pressão política e falta de liderança do Executivo. Para Sílvia, seria possível estender algum auxílio para os trabalhadores informais, que ficaram sem proteção e não conseguiram se recolocar no mercado de trabalho.

É preciso, no entanto, reduzir outras despesas, como o abono salarial, e implementar redução de jornada e salários para o setor público, defende a economista.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186645?page=1§ion=1

Bolsonaro quer vincular auxílio a PEC emergencial

Fabio Murakawa e Edna Simão De Brasília

O presidente Jair Bolsonaro é favorável à prorrogação do auxílio emergencial, mas entende que isso não pode ser feito sem que seja aberto um espaço no Orçamento.

A posição reflete pressões que ele vem sofrendo de sua base no Congresso e da ala política do governo, de um lado, e da equipe econômica, de outro.

Interlocutores que conversaram com o presidente sobre o tema disseram ao Valor que Bolsonaro não está propenso a romper com a cartilha do ministro Paulo Guedes e flexibilizar o teto de gastos para pagar o benefício

Tampouco cogita, no momento, emplacar no Congresso um novo Orçamento de Guerra, instrumento com o qual excluiu gastos sociais e outros relacionados à pandemia do cálculo do teto em 2020.

"Se não tem dinheiro, melhor nem fazer [a prorrogação do auxílio]", tem repetido Bolsonaro, segundo um desses interlocutores.

A atitude ainda não leva em conta a pesquisa Datafolha, que mostrou na última sexta-feira uma alta cide 32% para 40% na rejeição ao presidente. Entretanto, o próprio Bolsonaro já previa que o fim dos desembolsos teria reflexos negativos em sua popularidade.

O presidente tem se mostrado favorável à fórmula, que lhe foi levada por auxiliares, de patrocinar a aprovação da PEC Emergencial, ou PEC dos Gatilhos, a fim de abrir espaço no Orçamento para esse gasto social. Mas, para aprová-la, o Congresso teria que superar uma forte resistência do funcionalismo público em relação à proposta.

Também há discussões alternativas no Palácio do Planalto a respeito de promover mudanças no Bolsa Família em vez de prorrogar o auxílio. Uma ideia em análise passa por ampliar a base de beneficiários do programa, além de aumentar o valor dos pagamentos.

Nas tratativas dentro do governo, ainda não se chegou a um valor para o auxílio ou o reajuste do Bolsa família. Tudo isso dependeria também da abertura de

espaço no Orçamento.

Em conversas com líderes partidários, interlocutores do Palácio do Planalto têm sentido que há "uma vontade unânime de aprovar a extensão do auxílio". E que existe uma "apreensão" dos parlamentares relacionada à baixa velocidade da vacinação contra o coronavírus - medida vista como necessária para reanimar a economia. Isso, dizem as fontes, tem aumentado a disposição no Congresso e em setores do governo em favor de maiores gastos sociais.

Entretanto, afirma uma fonte palaciana, grande parte da base aliada no Congresso já entendeu que é preciso aprovar a ajuda, "mas com responsabilidade". Isso significa não fazer loucura do ponto de vista orçamentário.

Técnicos da área econômica admitem que a medida daria um "estímulo passageiro" à economia. Mas defendem que o Brasil só vai crescer de forma sustentável e gerando emprego e renda quando retomar o ajuste fiscal.

Por isso, o discurso no ministério comandado por Paulo Guedes não tem se alterado: não há recurso no caixa para manutenção deste gasto e que a situação fiscal do país é crítica.

Para este ano, a meta de déficit primária do setor público de R\$ 250,89 bilhões, sendo que R\$ 247,118 bilhões do governo central, e a relação dívida bruta/**PIB** vai ultrapassar 90%.

"Temos regras fiscais que esse ano voltam [a valer]: "regra de outro", teto de gastos apertado, fora a necessidade de refinanciar dívida em um ambiente inóspito", explica um técnico, que se queixa das pressões pela extensão do auxílio. "Todos querem fazer bondacles."

Os técnicos do Ministério da Economia ainda alertam para o fato de a renovação do benefício pressionar ainda mais a **inflação**. Ou seja, "daria com uma mão e retiraria com a outra". Planalto e Economia aguardam o desfecho das eleições da mesa da Câmara e do Senado, em fevereiro, para voltar a defender o texto original das PECs do ajuste fiscal (Pacto Federativo, Emergencial e Cios Fundos) e a votação do Orçamento de 2021.

A lei terá que ser ajustada para absorver gastos maiores esperados para este ano como, por exemplo, no pagamento de benefícios previdenciários.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#edition/186645?page=1§ion=1

Governo já espera retração econômica no 1º trimestre

Ribamar Oliveira De Brasília

A avaliação sobre o comportamento da economia brasileira neste início de ano, que chegou aos principais gabinetes da Esplanada dos Ministérios, não é animadora. "Não será surpresa se ocorrer uma retração da economia no primeiro trimestre", disse uma importante fonte do governo. "Teremos um trimestre muito difícil e não adianta dourar a pílula", alertou.

Mesmo assim, o governo trabalha com um cenário de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) acima de 3% neste ano, com um maior dinamismo ocorrendo no segundo semestre. "O que pode impedir essa trajetória é o descontrole fiscal e o agravamento da pandemia", ponderou a fonte.

A expectativa oficial era de uma rápida e intensa retomada. Os dados do segundo semestre do ano passado animaram a todos e o ministro da Economia, Paulo Guedes, chegou a falar em retomada em "V". Já se sabe que isso não vai acontecer.

A mudança de cenário decorre, de acordo com a mesma fonte, do fim dos estímulos econômicos dados pelo governo no ano passado e do recrudescimento da pandemia. Com o auxílio emergencial, o governo injetou algo em torno de 4% do Produto Interno Bruto (**PIB**) na atividade econômica, estimulando fortemente a demanda interna.

O efeito negativo do fim do auxílio sobre a atividade econômica era esperado, mas os técnicos consideram que ele coincidiu com a segunda onda da covid-19, que veio com uma intensidade maior do que os especialistas do governo esperavam.

A preocupação da área técnica agora é evitar uma deterioração das expectativas do mercado sobre a sustentabilidade das contas públicas. O debate público em torno da renovação do auxílio emergencial, defendido pelos dois candidatos apoiados pelo governo para as presidências do Senado e da Câmara, já afetou as expectativas. O Ministério da Economia não vai participar abertamente do debate, enquanto a eleição das duas mesas não for concluída.

Os dados que chegam ao Palácio do Planalto, no entanto, mostram que, mesmo que o auxílio

emergencial seja melhor focado e o valor do benefício seja reduzido para R\$ 200, ele custará cerca de R\$ 7 bilhões por mês. Se o novo auxílio durar três meses, o custo atingirá R\$ 21 bilhões. Como este gasto não está no Orçamento deste ano, ele teria que ser feito por meio de crédito extraordinário, com mais endividamento.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186645?page=1§ion=1

Só 16% dos países devem retomar PIB per capita em 2021 - MAIS ECONOMIA

Marta Sfredo

O impacto da covid-19 na economia pode ser ilustrado pela retração do Produto Interno Bruto (**PIB**) per capita. Na prática, o indicador serve como termômetro do padrão de vida da sociedade. Em 2021, apenas 16% dos países devem recuperar o nível do **PIB** per capita pré-pandemia. Ou seja, de 2019.

O Brasil, infelizmente, figura no grupo mais numeroso, formado pelas nações que vão demorar mais para recompor as perdas do coronavírus. As informações integram recente estudo do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre).

O **PIB** per capita representa a divisão do **PIB** pela população do país. Imagine um bolo: é como se toda a riqueza produzida com bens e serviços fosse repartida em fatias entre os brasileiros.

Em 2021, o indicador nacional deve ficar 2,3% abaixo do nível pré-crise, segundo o FGV Ibre. O cálculo tem como base a projeção de queda de 5,1% do indicador, em 2020, e a estimativa de crescimento, neste ano, de 3%.

A amostra do estudo é composta por 189 países. Do total, somente 30 vão conseguir recuperar todas as perdas já em 2021 - parcela correspondente ao percentual de 16% citado no início deste texto.

Na visão do economista Claudio Considera, um dos responsáveis pelo levantamento, os números reforçam a necessidade de o país acelerar na campanha de vacinação contra o coronavírus. A imunização é etapa crucial para o Brasil conseguir reagir à crise com maior ímpeto.

Como a coluna já registrou, o movimento em defesa da vacina ganhou reforço empresarial nos últimos dias. Entidades como CNI e Abrasel se manifestaram a favor da imunização em massa.

- A palavra do milagre é vacina. Sem ela, não vamos para frente, vamos ser pária no mundo - diz Considera.

O pesquisador acrescenta que a imunização é peça fundamental para destravar o setor de serviços, que responde por cerca de 70% do **PIB** nacional.

- A atividade de serviços precisa da interação social, impossibilitada pela pandemia - frisa.

Alto padrão em alta

A procura por apartamentos de alto padrão foi aquecida durante a pandemia. Em Porto Alegre, a CFL Incorporadora relata crescimento de 40% nas vendas nos últimos seis meses de 2020, frente a igual período do ano anterior.

Na Capital, a empresa trabalha com unidades cujo valor parte de R\$ 3 milhões (na foto, o projeto Voga). Na visão da incorporadora, o aumento nos negócios reflete mudanças de hábitos geradas pelo isolamento. Durante a pandemia, a busca por espaços maiores acabou sendo intensificada. Além disso, a construção civil é beneficiada pelo juro básico na mínima histórica. "O ano de 2020 marcou novo momento para o mercado de alto padrão, o morar bem passou a ser prioridade para consumidores que buscavam qualidade de vida e conforto", pontua o diretor de vendas e marketing da CFL, Rafael Starosta.

Empreendedores

O programa Scale-Up, que busca acelerar empresas, tem inscrições abertas até o dia 31 para a primeira turma do ano. A iniciativa inclui o RS. Desenvolvido pela Endeavor, o programa permite que os negócios selecionados tenham contato com outros empreendedores e recebam mentoria. As inscrições podem ser feitas no site da iniciativa (endeavor.org.br/scaleup).

Boas práticas

A Corsan recebeu programa de compliance da Associação Gaúcha de Empresas de Obras de Saneamento (Ageos). Em dezembro, decreto estadual passou a exigir programas do tipo nas empresas contratadas pela administração pública.

A medida busca reforçar práticas de integridade com recursos do Estado. O programa da Ageos foi elaborado pelo escritório Ricardo Coelho Advocacia.

RESPOSTAS CAPITAIS

"A primeira alternativa é sobreviver a este período"

Mário de Lima, Economista e presidente do Corecon-RS

Mário de Lima foi eleito, neste mês, presidente do Conselho Regional de Economia do RS (Corecon-RS), que representa 4,1 mil profissionais registrados. Em entrevista à coluna, o economista avaliou o cenário para os negócios em 2021. Lima entende que o Estado e o país precisam de reformas para acelerar o desenvolvimento, mas reconhece que o atual ambiente político joga contra as mudanças. A seguir, leia os principais trechos.

Qual é o maior desafio do conselho neste momento?

A pandemia exige esforço multidisciplinar. O economista tem de ser visto como profissional que não está apenas nos grandes centros. Temos economistas em todo o Estado. O grande papel do conselho é fortalecer a profissão. O economista é fundamental para enfrentar o momento que estamos atravessando. Meu papel como presidente é demonstrar a importância do economista na reconstrução da sociedade após a covid-19.

A pandemia e a escassez de chuvas ameaçam a economia no RS em 2021. Como avalia o cenário para este ano?

Há um peso grande da agricultura na economia do Estado. Mas vejo como mais preocupante a situação das finanças públicas. Na parte agrícola, ao longo do tempo, teremos problemas de estiagens ou cheias. Mas são problemas da natureza desse tipo de economia. Há gargalos mais rígidos que podem reduzir nossa capacidade de desenvolvimento.

A melhora nas finanças passa por quais ações?

Primeiro, não se resolve os problemas somente com crescimento setorial. Temos de apresentar, é claro, crescimento no comércio, na indústria, na agricultura. Mas, ao mesmo tempo, é preciso fazer reformas. No caso do Estado, uma reforma administrativa foi feita no governo atual. Da mesma forma, precisamos de **reforma tributária**, para atender ao anseio da população de não majorar alíquotas (de ICMS). Também precisamos de uma série de ajustes na União, de um pacto federativo, porque há muitos municípios que não conseguem financiar despesas com recursos próprios. É necessária uma reforma administrativa no país, para modernizar a estrutura do serviço público. Se possível, uma **reforma política**. Com isso, quero dizer que o problema do Rio Grande do Sul não é isolado.

Existe clima político, neste momento de pandemia, para aprovação de projetos de reformas no país?

Não tem clima político. É um ano pré-eleitoral. O problema é que pautas polêmicas não costumam ser enfrentadas, ainda mais com o momento pandêmico, que dá argumentos para gastarmos mais do que podemos.

Sem clima para reformas, o que pode ser feito para ajudar a economia?

Dada a situação, a primeira coisa é tomarmos a vacina. Ao reduzir a possibilidade de infecção, a sociedade começa a entrar em uma normalidade. Depois, haverá uma recuperação na demanda. A primeira coisa a ser feita é nos cuidarmos. A primeira alternativa é sobreviver a este período. Segundo, as empresas precisam se preparar para o longo prazo. O mundo não vai acabar. A gente precisa se organizar porque haverá período de crescimento econômico. O momento é de sobrevivência e planejamento.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/zh/index.jsp#page/1>